



O MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES - MPA E A SOBERANIA ALIMENTAR: OUTRA PERSPECTIVA PARA O CAMPO SERGIPANO

Ricardo Menezes Santos¹

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFS
Grupo de Pesquisa: Estado, Capital, Trabalho e as
Políticas de Re ordenamentos Territoriais - GPECT
E-mail: ricardo1menezes@yahoo.com.br

Alexandrina Luz Conceição²

Orientadora e Professora do Núcleo de Pós Graduação em Geografia – UFS
Grupo de Pesquisa: Estado, Capital, Trabalho e as
Políticas de Re ordenamentos Territoriais - GPECT
E-mail: aluz@oi.com.br

A expansão capitalista no campo segue a lógica do mercado, da produção voltada para a geração de lucro. A produtividade é a palavra chave para o atendimento do mercado e definidora das atenções das políticas públicas para a agricultura, voltadas para o agronegócio. Entretanto, apesar de toda sustentação dada ao agronegócio, dos recordes de safras e de todo o seu destaque na mídia, a crise de alimentos tem se estampado em todo o planeta, com a crescente problemática da fome. Segundo os relatórios da FAO (2008), mais de oitocentos milhões de pessoas não tiveram o que comer no planeta. Desse modo, evidencia-se que a produção agrícola não pode estar voltada somente para geração de mais valia.

Nesse viés, a discussão da garantia de alimentos assume condição necessária para a soberania alimentar. É na lógica, da discussão da pequena produção camponesa como garantidora da produção de alimentos para a população, que o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA tem se constituído principal garantia de resistência da produção familiar camponesa como contraponto ao agronegócio e alternativa a crise de alimentos. Para melhor compreender esse processo a nossa pesquisa buscou analisar o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA no Brasil e na especificidade em Sergipe, na sua existência como condição para a Soberania Alimentar. Fizemos uma leitura da historiografia do MPA no Brasil e em Sergipe, situando o MPA no contexto geográfico nas escalas local, nacional e mundial, verificando sua importância enquanto pequena produção familiar e como projeto de

¹Professor da Rede Pública Estadual

² Doutora em Geografia pela USP e coordenadora do GPECT.

garantia de alimentos. A nossa pesquisa foi desenvolvida tendo como abordagem a análise do Movimento dos Pequenos Agricultores, a partir do estudo teórico e empírico da produção do seu espaço agrário em Sergipe.

A análise foi pautada no método dialético. Este em sua fundamentação permite a visualização da realidade, a partir deste está a forma de ler a sociedade em todas as suas esferas, através de seus pressupostos garante-se a sua cientificidade. A observação das contradições no método permite o aprofundamento das reflexões e a verificação da realidade no espaço geográfico e as transformações sociais. Este movimento reflexivo foi acompanhado por levantamentos de fontes primárias e secundárias e de uma consistente reflexão literária sobre as temáticas

Centrada na unidade familiar, a pequena produção camponesa estrutura-se em uma lógica fundamentada no valor de uso, buscando atender as necessidades da família pautada na relação força de trabalho e consumo que é contrária à lógica capitalista que tem como finalidade a acumulação por meio da extração do lucro. Embora, a economia camponesa esteja inserida na economia capitalista, a pequena produção camponesa, em sua unidade de produção familiar, pode ser entendida como forma de espacialização do campesinato e negação do capital. Nesse sentido, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA se constitui como Movimento camponês que se caracteriza como permanência e resistência no campo frente aos ditames do capital. A análise permitiu evidenciar que o MPA surgiu na década de 1990 no sul do Brasil lutando contra a exclusão camponesa e por melhores condições de vida no campo. Para consolidar seu crescimento em nível nacional, o Movimento está espacializado em dezessete estados e tem apresentado importantes resultados, fruto das discussões internas de suas representações. Em seu processo de consolidação enquanto Movimento Social no campo tem construído importantes conceitos como Território Camponês, Sistemas Camponeses de Produção e Alimergia que compõe o Plano Camponês no processo de resistência e permanência frente à expansão do capital no campo. Em Sergipe, o MPA estruturou-se a partir de 1999, localizando-se no Semi Árido a noroeste do estado, nos seguintes municípios: Monte Alegre de Sergipe, Canindé do São Francisco, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Poço Redondo.

Nestes municípios que sempre se estabeleceram como produtores de cultivos destinados ao autoconsumo em pequenas propriedades, a prática da criação de animais de pequeno porte, por posseiros e rendeiros, também é sinalizada como forma de renda e de complementação de renda para a permanência da unidade de produção familiar camponesa. Observa-se também que mesmo se caracterizando uma área de produção de cultivos para o

autoconsumo, a presença da indústria capitalista é visível na localidade e mantém relação com a agricultura. Nos últimos anos a política governamental local, em consonância com a política nacional, tem incentivado a expansão do cultivo do milho voltado para o agronegócio. Dessa forma, suscita o debate quanto à produção de alimentos destinados ao consumo e a produção agrícola para o capital, mostrando a contradição capitalista no campo e a questão a Soberania Alimentar.

Entre os princípios da Soberania Alimentar a produção de alimentos saudáveis se estabelece como uma das prioridades a serem alcançadas dentro do plano estabelecido pelos Movimentos Sociais do campo e a Via Campesina que se contrapõe ao modelo de produção de comida determinado pelo sistema capitalista. Tal preocupação ganha expressividade devido a importância da alimentação para o desenvolvimento da vida humana. Em “Alimento e Raça”, livro de Josué de Castro (1936), o autor analisa o conceito de alimento e descreve como este realiza a reprodução do corpo, observa que “[...] a máquina humana vai automaticamente e por seu próprio trabalho recompondo os seus estragos, refazendo os materiais usados e equilibrando o seu funcionamento. É o aparente milagre da matéria viva executada a custa dos alimentos [...]” (CASTRO, 1936, p. 21).

Mesmo diante da relevância sobre a condição vital dos alimentos para a humanidade, o contexto econômico social em que estamos inseridos revela uma aguda especulação sobre o preço dos produtos alimentícios, o que o torna uma mercadoria a que poucos tem acesso, paralelamente conjugado com essa perspectiva destrutiva, um enorme controle alimentar é estabelecido pelas grandes corporações alimentícias, desde a cadeia produtiva ao consumo final.

A restrição ao alimento, viabilizada pelo capital retira de uma grande parcela da população o direito a uma necessidade básica e a transforma em uma especificidade mercadológica, somente quem tem acesso ao dinheiro pode consumir a quantidade de calorias necessárias para o seu sustento. Assim, o direito a alimentação, a cultura alimentícia das populações e os seus hábitos alimentares vão sendo degenerados para garantir a satisfação lucrativa das empresas do setor agroalimentício.

O resultado desse modelo entre os setores da sociedade é a colocação da discussão referente ao alimento, do âmbito apenas nutritivo para a dimensão política. Nesse contexto, a ênfase quanto ao debate é estabelecida sob diferentes pontos analíticos tais como o sentido do atual sistema de produção, a escassez do alimento em épocas de grandes produtividades agrícolas, o crescimento de uma produção industrializada em detrimento da saúde humana o que evoca a necessidade de uma alimentação saudável, a produção de alimentos de baixo

valor nutritivo, o acesso ou não ao alimento e a fome crescente no planeta. Todas estas prerrogativas destacam a relevância de uma mudança de concepção, da negação do capital, que fez do alimento uma forma de obter lucro a partir do domínio do campo pelas empresas do setor agroalimentício, convertendo a alimentação em uma mercadoria, à defesa da agricultura camponesa tendo como objetivo uma produção de comida em quantidade e qualidade.

O campesinato é a contraposição a essa proposta do capital que envolve a alimentação, pois, a artificialização da comida ressalta o domínio da agricultura de mercado marcada pela submissão à indústria, com isso, a defesa da pequena produção familiar se configura como a defesa de uma alimentação que atenda as reais necessidades da população e negue a estrutura do capital. De acordo com Carvalho (2006), o trabalho camponês apresenta-se como centro de sua própria produção e reprodução e comporta uma organicidade diferenciada, sendo portador de uma diversidade característica de sua autonomia.

A racionalidade camponesa ao se colocar no enfrentamento do capital mostra que a sua lógica para uma vida melhor é mais eficaz que a perspectiva do capital no campo, nesse sentido, os pequenos agricultores proporcionam condições efetivas de resistência e manutenção da sua estrutura, mesmo parcialmente inseridos no mercado, mas sem perder a essência de sua produção para o autoconsumo, o camponês mantém a sua autonomia. “A lógica camponesa nega quem lhe nega, ou seja, nega a reprodução ampliada do capital que na sua dinâmica reprodutiva nega o campesinato [...] É fundamental, portanto, que se afirme a racionalidade camponesa que tem como centralidade a reprodução social da família (negando a lógica do capital que se baseia no lucro)”. (CARVALHO, 2010, p. 6). Portanto, observa-se que está no trabalho e na estrutura camponesa a possibilidade da garantia da Soberania Alimentar e os movimentos sociais do campo, como o MPA, através de suas estratégias e ações são portadores dessa condição.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Horácio Martins de. **Ah! Jacques, Jacques... Liberte-se desse Encantamento Milenar**, 2006. Disponível em: <http://www.coptec.org.br>. Acesso em: 19 de set. 2011.

CARVALHO, Horácio Martins de. Na Sombra da Imaginação (1) Reflexão a Favor dos camponeses. **In: Revista Nera**, FCT/UNESP, maio, 2010, p 1-14. Disponível em www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 10 de fevereiro 2011.

CASTRO, Josué de. **Alimentação e Raça**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S. A, 1936.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. 2008. **El Estado de la Inseguridad Alimentaria en el Mundo**. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/012/i0876s/i0876s00>. Acesso em: 10.10.2011.